

Precarização da agricultura familiar e alimentação escolar após o cenário da pandemia da Covid-19: uma análise reflexiva sob a ótica sustentável

Autoras:

Táisa Kelly Pereira da Silva

Bacharela em Nutrição, especialista em Nutrição Clínica e Funcional. Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA - UFPB, João Pessoa

Ana Luiza Mattos Braga

Doutora, Mestre e Bacharela em Engenharia de Alimentos. Docente do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional da UFPB

Cinthia Karla Rodrigues do Monte Guedes

Bacharela em Nutrição, especialista em Nutrição Clínica Doutora em Nutrição. Mestre em Bioquímica e Fisiologia. Docente Adjunta do Departamento de Nutrição da UFPB. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Saúde (LAPS/UFPB-CNPq)

DOI: 10.58203/Licuri.21718

Como citar este capítulo:

SILVA, Táisa Kelly Pereira; BRAGA, Ana Luiza Mattos; GUEDES, Cinthia Karla Rodrigues do Monte. Precarização da agricultura familiar e alimentação escolar após o cenário da pandemia da Covid-19: uma análise reflexiva sob a ótica sustentável. In: ANDRADE, Jaily Kerller Batista (Org.).

Desafios globais, soluções locais: Avanços em Ciências Agrárias e Ambientais.

Campina Grande: Licuri, 2023, p. 75-84.

ISBN: 978-65-85562-17-1

Resumo

A crise na agricultura familiar, após a pandemia de Covid-19, se manifestou de diversas formas, com desafios econômicos, sociais e de saúde pública. Além disso, as medidas de distanciamento social e os protocolos de segurança estabelecidos nas instituições de ensino tornaram a alimentação escolar na rede pública de ensino no Brasil mais inacessível e sem a garantia da Segurança Alimentar às crianças. Desse modo, objetivo dessa pesquisa foi avaliar o impacto da pandemia da Covid-19 sobre a Agricultura Familiar e alimentação escolar na rede pública de ensino no contexto ambiental, social, econômico e de saúde pública, diante a potencialização da insegurança alimentar, subnutrição e fome. Na pesquisa pôde-se observar que a pandemia da Covid-19 impactou significativamente a segurança alimentar, a educação, a saúde e a renda familiar, afetando sobremaneira crianças e adolescentes, que se tornaram vítimas invisíveis da crise. Além disso, intensificou alguns problemas que já existiam nos sistemas alimentares, afetando de forma mais significativa certos grupos. Para enfrentar essa precarização, é essencial que os governos, instituições e comunidades locais se unam para implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. Além disso, é crucial que as escolas continuem a desempenhar um papel fundamental na promoção de uma alimentação saudável.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Educação. Saúde pública. Comunidades.

INTRODUÇÃO

Com a eclosão da pandemia de Covid-19 no Brasil, a entrega de alimentos nas escolas para cerca de 42 milhões de estudantes da rede pública de ensino em todo o país se tornou um desafio especial, dada a interrupção das aulas e a vulnerabilidade do sistema (BRASIL, 2020). Mesmo após a promulgação da Lei 13.987, em 7 de abril de 2020, que modificou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o marco regulatório do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), permitindo uma distribuição de alimentos adquiridos por meio do programa aos pais ou responsáveis de alunos da rede pública de ensino matriculados na Educação Básica em situações de calamidade pública que exigissem a suspensão das aulas, como ocorreram durante a pandemia de Covid-19, houve uma fragilização das políticas de Segurança Alimentar (SA) e um impacto negativo na Agricultura Familiar do país (BRASIL, 2009; BRASIL, 2020a).

A grande maioria dos agricultores e empreendedores rurais familiares viu sua capacidade de venda afetada devido às medidas de permissão de distanciamento e isolamento social durante a pandemia de Covid-19. Além disso, as fontes de renda que dependem da venda de produtos fornecidos por meio do PNAE foram interrompidas. Isso agravou a vulnerabilidade à Insegurança Alimentar (IA), desnutrição e fome não apenas entre os alunos atendidos pelo programa, mas também entre grupos de agricultores que já se encontravam em situações de pobreza (SCHNEIDER, et al., 2020).

A pandemia de Covid-19 se configurou como uma crise de saúde e humanitária que afetou o mundo de maneira significativa, particularmente de forma desafiadora na região da América Latina, onde os investimentos em políticas públicas relacionadas à saúde, ciência e educação, bem como o paradigma socioeconômico, têm sido caracterizados por fragilidades e instabilidades, resultando em um aumento consequente da vulnerabilidade socioeconômica em face do crescente desemprego, desnutrição e fome entre os mais desfavorecidos. Além disso, o continente tem enfrentado desafios relacionados à sustentabilidade das políticas públicas devido a administrações políticas inconsistentes (LIMA; BUSS; PAES-SOUSA, 2020).

No que diz respeito à Agricultura Familiar do país e, conseqüentemente, à SA e ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a pandemia de Covid-19 destacou as desigualdades sociais existentes e contribuiu para um alto índice de Insegurança

Alimentar e Nutricional (InSAN). Isso ocorreu devido à precarização e interrupção dos investimentos por parte do Governo Federal em políticas públicas essenciais que desempenham um papel integrado na garantia de uma alimentação saudável, incluindo o atendimento aos alunos da rede pública de ensino por meio do PNAE (LEITE; LEITE, 2022).

Essa pesquisa trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde foi realizado um levantamento bibliográfico nas plataformas Periódicos CAPES, Science Direct, Scielo e Web of Science, na finalidade de reunir o conhecimento científico já produzido sobre as temáticas PNAE, DHAA, InSAN, Agricultura Familiar, alimentação sustentável, bem como realizar uma análise e posicionamento crítico sobre o assunto.

Com isso, o objetivo dessa pesquisa foi avaliar o impacto da pandemia da Covid-19 sobre a Agricultura Familiar e alimentação escolar na rede pública de ensino no contexto ambiental, social, econômico e de saúde pública, diante a potencialização da insegurança alimentar, subnutrição e fome.

VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À InSAN

Apesar da criação e implementação de várias políticas públicas destinadas a garantir a alimentação e nutrição no Brasil, que é considerado o segundo maior exportador de alimentos do mundo, o país enfrenta paradoxalmente uma de suas piores fases em relação à IA, desnutrição e fome, especialmente desde o início da pandemia de Covid-19. Desde 2004, com o estabelecimento da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), o Brasil nunca havia testemunhado um cenário em que 33,1 milhões de pessoas sofrem com a fome - conforme revelado pela segunda edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) (SANTOS et al., 2021; AGUIAR; PADRÃO, 2022; II VIGISAN, 2022).

A crescente pobreza durante a pandemia de Covid-19, o crescimento lento do Produto Interno Bruto (PIB), a acentuada desigualdade de renda e a elevada inflação de alimentos estão tornando a obtenção de uma alimentação saudável cada vez mais difícil. É necessário que o governo tome medidas imediatas para melhorar o acesso à alimentação saudável, especialmente para os segmentos mais vulneráveis da população,

levando em consideração as soluções mais eficazes e economicamente viáveis, dadas as limitações de recursos disponíveis.

No ano de 2020, a UNICEF Brasil destacou que os efeitos da pandemia de Covid-19 impactaram significativamente a segurança alimentar, a educação, a saúde e a renda familiar, afetando sobremaneira crianças e adolescentes, que se tornaram vítimas invisíveis da crise. 61% da população brasileira compartilhava suas residências com crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos de idade, sendo que 69% dessas casas possuíam apenas 1 salário-mínimo como fonte de renda familiar. 54% dessas famílias relataram um aumento no consumo de produtos industrializados. Além disso, a pesquisa constatou que, no mesmo ano, 13% das famílias deixaram de realizar refeições regulares, e 54% daqueles que compartilharam suas casas com crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino não tiveram acesso à alimentação escolar durante o período de fechamento das escolas (UNICEF BRASIL, 2020).

Um estudo realizado por Ferreira et al. (2023) sobre a situação de Insegurança Alimentar (IA) após a pandemia de Covid-19, envolvendo todos os familiares de alunos do 1º ao 5º ano de uma escola municipal rural no estado do Paraná, constatou que, apesar de a mesorregião Centro-Sul do Estado apresentar o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 0,682 -, apenas 9,4% dos familiares afirmaram não possuir qualquer fonte de renda. Os resultados da análise do inquérito realizado através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) mostraram que a prevalência de SA (51%) foi maior do que a de IA (26,4%), sendo que a IA leve foi mais comum em lares com crianças e adolescentes, especialmente naqueles de pessoas brancas (76,9%). É importante notar que nenhum estudo identificou famílias em situação de IA grave, o que pode ser atribuído ao fato de a pesquisa ter sido realizada em uma instituição de ensino em tempo integral, onde os alunos têm acesso mais amplo à alimentação durante o período de permanência.

Um aspecto de relevância no estudo conduzido por Bueno et al. (2021), que abrangeu 157 crianças e adolescentes de sete escolas municipais localizadas na zona rural de Palmeira das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, foi a identificação da prevalência de IA leve atingindo 46,3% das famílias dos alunos. Notavelmente, essa IA estava associada à obesidade, afetando 19,7% das crianças e 22,9% dos adolescentes, o que supera a média nacional para áreas rurais. , que é de 7,5% e 2,8%, respectivamente. Essa relação foi explicada pela diminuição dos recursos financeiros das famílias, o que

aumentou a probabilidade de consumo de alimentos altamente calóricos em detrimento dos alimentos frescos e naturais.

FRAGILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESEQUILÍBRIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

No Brasil, aproximadamente 5.073.324 pequenas propriedades rurais representam 80% da força de trabalho do campo, com cerca de 25 milhões de indivíduos engajados na Agricultura Familiar. É fundamental esclarecer que ao se mencionar agricultores e produtores familiares, está se referindo a pequenas propriedades. Além disso, a Agricultura Familiar desempenha um papel fundamental, contribuindo com quase 70% da produção de alimentos consumidos pela população e respondendo por 40% do valor total da produção agropecuária nacional (IBGE, 2019).

Portanto, existem diversos elementos cruciais que devem estar presentes para promover o desenvolvimento adequado da Agricultura Familiar. Estes incluem fatores como características territoriais, condições agroecológicas, acesso aos mercados, contexto político, recursos naturais, disponibilidade de terras, acesso a serviços técnicos de extensão, financiamento acessível, disponibilidade de educação especializada, acesso à tecnologia, e considerações relacionadas às condições socioculturais, demográficas e econômicas, entre outros (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019; IBGE, 2019).

A pandemia da Covid-19 teve um impacto significativo na Agricultura Familiar em todo o mundo, contribuindo para a precarização desse setor em muitas regiões. A Agricultura Familiar já enfrentava desafios antes da pandemia, mas a crise de saúde global agravou ainda mais a situação. Aqui estão alguns aspectos que destacam a sua precarização após a pandemia da Covid-19, de acordo com Nogueira e Marcelino (2021), Leite et al. (2023):

- I. Redução da demanda e interrupção da cadeia de suprimentos: com as medidas de bloqueio e a diminuição da demanda por produtos agrícolas, muitos Agricultores Familiares enfrentaram dificuldades na venda de seus produtos. A interrupção da cadeia de suprimentos também afetou a distribuição e o acesso a insumos essenciais, como sementes e fertilizantes.

- II. Acesso limitado aos mercados: o fechamento de mercados locais e a diminuição das exportações prejudicaram os Agricultores Familiares, que muitas vezes dependem de vendas diretas ou de mercados regionais. Isso levou a perdas significativas de renda.
- III. Dificuldades de acesso ao crédito e assistência técnica: a crise econômica resultante da pandemia tornou-se mais difícil para os familiares acessarem crédito e assistência técnica, que são cruciais para melhorar a produtividade e a resiliência no campo.
- IV. Aumento dos custos de produção: o aumento dos preços de insumos agrícolas, como combustíveis e fertilizantes, afetou as opções econômicas da Agricultura Familiar, tornando-a mais precária.
- V. Insegurança Alimentar nas famílias agrícolas: paradoxalmente, muitas famílias de agricultores enfrentam IA devido à redução da renda e à dificuldade de acesso aos alimentos. Isso ressaltou a vulnerabilidade dessas comunidades.
- VI. Desafios climáticos: além dos impactos da pandemia, eventos climáticos extremos, como secas e enchentes, também afetaram a Agricultura Familiar, aumentando as perdas de colheitas e a vulnerabilidade dos agricultores.
- VII. O desejo de produção diversificado: a pressão para aumentar a produção de cultivos de alto rendimento muitas vezes levou os agricultores a se concentrarem em monoculturas, aumentando sua vulnerabilidade a choques de mercado e climáticos.
- VIII. Políticas insuficientes de apoio: muitos países não implementaram políticas adequadas para apoiar a Agricultura Familiar durante uma pandemia, o que agravou ainda mais sua precariedade.

As organizações internacionais afirmam que a pandemia e seus diversos impactos moldaram um cenário global de recessão econômica, caracterizado pela diminuição do Produto Interno Bruto (PIB), aumento do desemprego e da pobreza em países como o Brasil, que já enfrentaram um aumento da desigualdade social e cujas economias estavam em desaceleração. Além disso, a pandemia de Covid-19 intensificou alguns problemas que já existiam nos sistemas alimentares, afetando de forma mais significativa certos grupos. Isso fez com que a alimentação assumisse um papel fundamental que está relacionado a uma série de questões contemporâneas, como acesso à terra, concentração de renda e poder, discriminação racial e igualdade de gênero (BURITY, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A precarização da Agricultura Familiar após o cenário da pandemia da Covid-19 destaca a necessidade de investimentos e políticas que fortaleçam esse setor vital da economia, tornando-o mais resiliente às crises futuras e capaz de contribuir de forma sustentável para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural. É fundamental considerar o seu papel na produção de alimentos, na preservação da biodiversidade e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, inclusive voltadas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na alimentação escolar, contribuindo assim na prevenção do desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) aos escolares, na melhora do desempenho cognitivo e aprendizado, assim como na minimização da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), subnutrição e fome entre os mais vulneráveis socioeconomicamente.

Para enfrentar essa precarização, é essencial que os governos, instituições e comunidades locais se unam para implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. Isso inclui o acesso a recursos, como terras, financiamento e tecnologia, bem como a capacitação técnica e a criação de mercados locais. Além disso, é crucial que as escolas continuem a desempenhar um papel fundamental na promoção de uma alimentação saudável, priorizando o uso de produtos provenientes da Agricultura Familiar local em seus programas de alimentação escolar, na promoção de um sistema alimentar mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, O. B.; PADRÃO, S. M. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, SP, n.143, 121-139, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.274>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/7GNQn7tYqWL6wYZncbLRnSN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (covid-19)**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação, 2020, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae>

manuais-cartilhas/item/13454-orienta%C3%A7%C3%A3os-para-a-execu%C3%A7%C3%A3o-do-pnae-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-covid-19>. Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Lei nº 13.987, 07 de abril de 2020, Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>>. Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Lei nº 11.947, 16 de junho de 2009, Brasília, DF, n.p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 26 out. 2021.

BUENO, M. C., et al. Insegurança alimentar e fatores sociais, econômicos e nutricionais em estudantes de escolas rurais. *Cad. Saúde Colet.*, V.29, n.2, 153-162, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202129020204>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/PcFTB5s6Mjgwmdn6w7rZJTJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BURITY, V. Agricultura familiar: uma resposta para muitas crises. *Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA*, 1-20, 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18510.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

FERREIRA, L. S., et al. (In)segurança alimentar entre famílias de uma escola rural de um município da mesorregião Centro-Sul do Paraná pós pandemia da COVID-19. *Segur. Aliment. Nutr.*, Campinas, V.29, e022038, 1-14, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v29i00.8669336>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8669336/31036>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: primeiros resultados. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, de abril de 2022. **Mantem o monitoramento ativo da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), com divulgação ampla de seus resultados, dando transparência e relevo à situação emergencial da fome.** São

Paulo - SP, 112p. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. *R. Katál.*, Florianópolis, V.25, n.3, 528-538, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86341>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/698n8Mxc9nM7ghB4TSd5bPm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LEITE, M. D. S., et al. Impacts of Covid-19 on the lives of farmers and family producers. *Agrarian and Biological Sciences*, V.12, n.4, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i4.40360>. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/40360>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; PAES-SOUSA, R. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. *Cad. Saúde Pública*, V.36, n.7, 1-4, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00177020. Disponível em: <<http://cadernos.enp.fiocruz.br/static//arquivo/1678-4464-csp-36-07-e00177020.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

NOGUEIRA, V. G. C.; MARCELINO, M. Q. S. Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF. *Revista de Política Agrícola*, n.1, 117-129, 2021. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1641/pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. *Núcleo de Tecnologia Educacional*, 1. ed., 1-115, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18455/Curso_Lic-Ed-Campo_Agricult-Famil-Desenv-Rur-Sust.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 ago. 2023.

SANTOS, M. V. A., et al. Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio a pandemia por Sars-CoV-2. *Segur. Aliment. Nutr.*, Campinas, SP, V.28, e021003, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v28i00.8661450>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661450/26325>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

SCHNEIDER, S. et al. Os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Estudos Avançados*, V.34, n.100, 167-188, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3Fxm8WXzvmY5rR3SP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 29 out. 2021.

UNICEF BRASIL - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Impactos primários e secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/11996/file/apresentacao_segunda-

rodada_pesquisa_impactos-primarios-secundarios-covid-19-criancas-adolescentes.pdf>.
Acesso em: 24 fev. 2023.